

LT-8

Universidade Eduardo Mondlane

Faculdade de Letras

## O Impacto da comunicação sindical

“Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para obtenção do grau de licenciatura da Universidade Eduardo Mondlane”



*Amélia Amavél de Santa Bibiana  
Maputo, 1999*

LT-8

316.77:32(679)  
B.581i 04  
F. LETRAS U.E.M.  
R. E. 27/27  
DATA 17/fever/00  
AQUISIÇÃO referida  
LT-8

## DECLARAÇÃO

Eu, Amélia Amável de Santa Bibiana, de nacionalidade moçambicana, estudante da Universidade Eduardo Mondlane, curso de Linguística, declaro que esta dissertação nunca foi apresentada, na sua essência, para a obtenção de qualquer grau, e que constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes que utilizei.

Maputo, 7 de Maio de 1999

F. LETRAS B. E. M.	
R. E.	_____
DATA	____/____/____
AQUISIÇÃO	_____
COTA	_____

Aos meus pais Aurélia e Salvador, pelo encorajamento para que eu prosseguisse com os meus estudos. Aos meus irmãos pelo apoio incondicional ao longo de todos estes anos. Aos meus colegas, muito particularmente ao colegas de grupo de estudo pela força que sempre deram nos momentos mais difíceis.

A todos os meus professores. Ao meu supervisor Tomás Jane pela paciência demonstrada.

E a todos aqueles que contribuíram com ideias e sugestões para a elaboração do presente trabalho.

## RESUMO

Partindo da premissa de que a falta de uma política de comunicação, no seio do movimento sindical moçambicano determina o pouco uso que estes fazem dos meios de comunicação social e determina a imagem negativista que o público tem dos sindicatos moçambicanos, é nosso objectivo no presente trabalho, mostrar até que ponto esta proposição é verdadeira. Procuraremos igualmente fornecer uma visão histórica do surgimento do movimento sindical moçambicano, como forma de permitir uma melhor compreensão do problema que pretendemos abordar.

Assim, o nosso trabalho será estruturado em 5 capítulos a saber:

Capítulo I- Introdução, na qual referiremos a motivação que determinou a escolha do tema, apresentaremos o objecto de estudo, o objectivo e a hipótese explicativa básica.

Capítulo II- Quadro Teórico e Revisão Bibliográfica, no qual forneceremos alguns conceitos básicos pertinentes para a análise de dados e será feita uma resenha bibliográfica sobre os escritos de vários autores.

Capítulo III- Metodologia de Recolha e Tratamento de Dados, neste capítulo serão apresentados os critérios que determinaram a composição do Corpus e a forma como foram recolhidos e tratados os dados.

Capítulo IV- Análise de Dados, aqui justificaremos a metodologia seguida na análise de dados e procuramos legitimar a hipótese explicativa básica.

Capítulo V- Conclusões, onde apresentaremos as conclusões alcançadas e também algumas sugestões para correcção dos problemas verificados.

## ÍNDICE

Dedicatória	Pag.	1
Resumo	Pag.	2
Capítulo I- Introdução	Pag.	5
Capítulo II- Quadro teórico e revisão Bibliográfica	Pag.	8
1 - O Conceito de Comunicação e Comunicação social	Pag.	9
2 - Comunicação, o que é?	Pag.	10
1.2- Comunicação Social	Pag.	12
1.3- O Papel da Comunicação Social	Pag.	15
2 - A Comunicação Social e o público	Pag.	20
3 - A Comunicação Social e a Formação de imagens	Pag.	23
Capítulo III - Metodologia de tratamento de dados	Pag.	27
1- Critérios para a constituição do Corpus	Pag.	28
2 - Constituição do corpus	Pag.	28
Capítulo IV - Análise de dados	Pag.	32
1- Dos movimentos operários do início do século a constituição da OTM-CS	Pag.	33
1.1-Os movimentos operários do início do século	Pag.	36
1.2 - A imprensa anarco-sindicalista	Pag.	39
1.3 - Os sindicatos corporativos	Pag.	41
1.3.1- Os sindicatos corporativos e a imprensa	Pag.	42

1.4 - Os sindicatos no período pós-independência	Pag. 43
1.4.1- A OTM-CS e a imprensa	Pag. 48
2. O impacto da comunicação sindical	Pag. 51
Capítulo V - Conclusão	Pag. 55
Bibliografia	Pag. 58

## CAPÍTULO I

### INTRODUÇÃO

Quando após cinco anos no curso de Linguística tivemos de escolher um tema para a tese de licenciatura, não tínhamos uma ideia muito clara do que fazer. Porém, uma certeza tínhamos: queríamos fazer algo ligado ao nosso trabalho. Algo que pudesse posteriormente ter qualquer aplicação prática.

Certo dia, folheando um jornal, um título despertou-nos a atenção, dizia “Sindicatos Moçambicanos não defendem trabalhadores”.

Quisemos saber a razão de uma tal afirmação. Em conversa com algumas pessoas ressaltou-nos o facto de haver um aparente desconhecimento sobre o papel e actividade dos sindicatos. Na altura não compreendi a causa desse desconhecimento.

Algum tempo depois, ao ler numa obra de Cláudia Santiago e Vitto Giannotti, jornalistas brasileiros, a seguinte passagem: “*Não há ação política, seja de um partido, seja de um sindicato ou de uma central sindical, sem que haja jornal que propague as suas ideias e organize suas ações.*”<sup>1</sup>, ressaltou-nos então que uma das grandes lacunas nos sindicatos moçambicanos é a comunicação. Ou seja, o pouco uso que estes fazem dos meios de comunicação social, para veicular as suas ideias, planos e projectos.

---

<sup>1</sup> Santiago, Claudia e Giannotti, Vito. “Comunicação Sindical: falando para milhões”. 1997, p.93.

Daí nasceu a ideia de fazer um estudo sobre os sindicatos moçambicanos e a comunicação social e a maneira como estes poderiam usar a comunicação para melhor se fazerem conhecer.

Como contributo para um melhor conhecimento dos sindicatos moçambicanos e do problema em questão, começaremos por fazer uma breve resenha histórica do surgimento do movimento sindical em Moçambique, desde os movimentos operários do início do século até aos nossos dias, o seu relacionamento com a imprensa, terminando com algumas sugestões sobre como usar os meios de comunicação para melhorar a imagem que o público tem dos sindicatos.

Reconhecemos a dificuldade de um tal estudo uma vez que não existe nada sistematizado sobre este tema, mas o desafio está exactamente aí. Pensamos que talvez o facto de iniciarmos o estudo desta área tão empolgante que é a arena sindical, encoraje outros a prosseguirem com o tema e quiçá a fazerem um estudo mais completo.

Para levar a cabo a tarefa a que nos propomos, apoiar-nos-emos na pouca bibliografia existente sobre os movimentos operários do início do século e sobre os sindicatos moçambicanos no pós independência, assim como em discursos políticos sobre os sindicatos e algum material produzido pelos próprios sindicatos. Também, pesquisaremos alguns órgãos de comunicação social, muito particularmente o jornal "Notícias", Jornal de maior circulação no país, e a revista sindical "O Trabalhador", produzida pela maior Central sindical de Moçambique.

Na impossibilidade de abarcar todos os sindicatos de uma forma individualizada o estudo centrar-se-á fundamentalmente sobre uma das



centrais sindicais, a OTM-CS, que integra 13 dos 16 sindicatos nacionais existentes no país.

Partiremos da seguinte hipótese de trabalho: A falta de uma política de comunicação, contribui para o fraco aproveitamento dos meios de comunicação pelos sindicatos, e leva a formação de uma imagem negativista sobre o movimento sindical moçambicano.

## Capítulo II

### QUADRO TEÓRICO E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

#### Resumo

Neste capítulo apresentaremos alguns conceitos básicos relevantes para a análise de dados e faremos uma resenha bibliográfica sobre os escritos de vários autores. Assim, no ponto 1. incluiremos o conceito de comunicação e de comunicação social; No ponto 1.1. as diferentes abordagens do conceito de comunicação; No ponto 1.2. os pontos de vista de diferentes autores sobre o conceito de comunicação social. No ponto 1.3. faremos uma breve abordagem sobre o papel da comunicação social como meio de informação, educação e mobilização; No ponto 2. uma abordagem sobre o conceito de público e sua classificação e finalmente no ponto 3. discutimos a noção de imagem e de como mudar-la junto do público.



## 1. O Conceito de Comunicação e Comunicação Social

O termo “comunicação social”, hoje de uso e aceitação universal, surge pela primeira vez referido num decreto oficial da igreja, a 4 de Dezembro de 1963, pelo Concílio do Vaticano II. Todavia, a “Comunicação Social”, como tal, não é um fenómeno novo. As realidades cobertas por este conceito, são tão antigas como o próprio Homem.

Desde os tempos mais remotos, o Homem sempre teve necessidade de exprimir os seus pensamentos e sentimentos, confrontar ideias. A comunicação é pois uma necessidade inerente a própria essência do Homem.

É assim que desde os primórdios da sua existência, o Homem, vem criando e descobrindo, incessantemente, novos “meios” ou suportes materiais para o intercâmbio de mensagens, que vão evoluindo desde o emprego de sinais de fumo, fogo das tochas ou tam-tam dos tambores, passando pela invenção da imprensa, aperfeiçoamento da fotografia, invenção-do-cinema-e-da-televisão, descoberta das ondas moduladas, dos receptores transistorizados, até ao uso dos satélites e da informática.

Embora quase toda gente utilize o vocábulo “comunicação”, poucos a sabem definir. Existem porém muitas tentativas de definição deste conceito e diferentes abordagens dependendo da perspectiva em que é analisada: histórica, sociológica, antropológica, linguística, psicológica, científica, etc.

## 1.1. COMUNICAÇÃO, O QUE É ?

.Em termos etimológicos, “comunicação” provém do vocábulo latino “communis”, que significava “tornar comum”. Ou seja comunicar seria o acto de partilhar sentimentos, ideias, pensamentos, tornando-os comuns a dois ou mais indivíduos : “ *Quando nos comunicamos, tratamos de estabelecer uma comunidade. Isto é, tratamos de partilhar uma informação, uma ideia, uma atitude*”<sup>2</sup> diz Schram, citado por João de Melo. Sérgio Veloso, também citado pelo mesmo autor, diz “*Comunicar é fazer participar, é trazer para a comunidade o que estava isolado*”<sup>3</sup>.

Para a concepção biológica, a comunicação identifica-se com a actividade sensorial e nervosa, que consiste em exprimir e transmitir o que se regista ou passa no sistema nervoso do indivíduo. Segundo Luís Beltrão, “ *a espécie humana, porque aspira modificar o curso da sua própria existência e participar activamente da sua própria evolução biológica e cultural, procura comunicar-se intensamente, levando a informação obtida ao conhecimento de outrem, em uma acção reflexiva e objectiva*”<sup>4</sup>.

*Em termos históricos, a comunicação é, segundo João de Melo, “um instrumento de equilíbrio entre os homens. Partindo da ideia básica de cooperação, entendida como equilíbrio entre forças divergentes”*<sup>5</sup>. Para os defensores desta teoria, a comunicação tem permitido a coexistência humana, impedindo que a humanidade se destrua na luta pela sobrevivência. Para eles, a comunicação constitui a única forma de conservação social.

---

<sup>2</sup> Melo, João. “Jornalismo e Política”. 1991, p.19

<sup>3</sup> Melo, João. “Jornalismo e Política”. 1991, p.20

<sup>4</sup> Frangiotti, Roque. “Comunicação: Missão e Desafio”. 1988,p.

*cooperação, entendida como equilíbrio entre forças divergentes*"<sup>5</sup>. Para os defensores desta teoria, a comunicação tem permitido a coexistência humana, impedindo que a humanidade se destrua na luta pela sobrevivência. Para eles, a comunicação constitui a única forma de conservação social.

Para os sociólogos, a comunicação é um factor determinante para a interacção social. "*Os Homens formam uma comunidade, porque se comunicam, porque podem participar reciprocamente seus modos de ser, e dessa maneira adquirem novos e imprevisíveis significados*"<sup>6</sup>, refere Ferrater Mora, citado na obra "Comunicação : missão e desafio". Esta ideia parece ser também partilhada por José Marques de Melo quando diz, citado por João Melo, a comunicação constitui "*o processo social básico, a infra-estrutura das relações entre os indivíduos na organização societária*"<sup>7</sup>.

Em termos antropológicos, a comunicação é vista como sendo o veículo transmissor da cultura, como diz Taylor "*conjunto de conhecimentos, crenças, direito, moral, costumes e demais hábitos e aptidões que o homem adquire como membro de uma sociedade*"<sup>8</sup>.

Na linguagem científica, é ainda comum usar-se o termo "comunicação" para descrever processos de emissão, condução e percepção de mensagens mediante o uso de canais e de signos. O conceito de "comunicação" aparece assim ligado aos de transmissão de dados, informação e

---

<sup>4</sup> Frangiotti, Roque. "Comunicação: Missão e Desafio". 1988, p.

<sup>5</sup> Melo, João. "Jornalismo e Política". 1991, p.20.

<sup>6</sup> Frangiotti, Roque. "Comunicação: Missão e Desafio". 1998, p.61.

<sup>7</sup> Melo, João. "Jornalismo e Política". 1991, p.21.

<sup>8</sup> Frangiotti, Roque. "Comunicação: Missão e Desafio". 1998, p.30.

“produção de signos” e significação. Esta maneira de ver a comunicação, reduz os intervenientes ao papel de meros emissores ou receptores, que se limitam a dar resposta aos estímulos. De facto, os intervenientes no processo de comunicação desempenham um papel activo, criativo e crítico na revelação e na construção do sentido de realidade a partir da troca de informações e expressão recíproca de ideias e sentimentos, o que é ignorado na definição anterior.

As mensagens são captadas, interpretadas e adaptadas ao contexto subjectivo das experiências, conhecimentos e motivações. O receptor age sobre a informação que está a sua disposição e utiliza-a.

Esta inter-relação humana aproxima-se do significado primário do vocábulo Latino, “tornar comum”.

Contudo, uma definição mais acabada de comunicação deveria integrar um pouco de cada uma das definições anteriores. Assim, Marques Melo, citado por João Melo, propõe a seguinte definição: “ *Comunicação a o processo de transmissão e de recuperação de informações*”<sup>9</sup>.

Nesta definição está subjacente a noção de que a comunicação é um processo que compreende duas etapas fundamentais: transmissão e recuperação ou emissão e recepção, tendo como objecto central a informação.

## 1.2. COMUNICAÇÃO SOCIAL

Na obra “Comunicação: missão e desafio”, a palavra “comunicação”, adjectivada pelo termo “social” é empregue “ *para designar fenómenos de inter-relação humana, geralmente vinculados ao complexo tecnológico*

---

<sup>9</sup> Melo, João. “Jornalismo e Política”. 1991, p.24.

dos "mass media": imprensa, cinema, rádio, televisão, espetáculos e em geral todos os sistemas de difusão de mensagens por via visual, auditiva e audiovisual"<sup>10</sup>.

Contudo, a comunicação social não deve ser reduzida aos meios, pois, estes apenas servem para ampliar e facilitar uma função básica e não engendrá-la.

Muitas disciplinas interagem na comunicação social: a medicina, a pedagogia, a psicologia, a etnologia, a antropologia, as ciências políticas, a sociologia, a etnografia, a economia, etc.

A comunicação social também é chamada de "comunicação de massas". Esta designação surgiu com a industrialização. Os indivíduos vindos do campo, aglomeram-se nas cidades, perdem as suas estruturas organizativas, vivem como uma massa anónima:

*" A massa é constituída por um conjunto homogéneo de indivíduos que, enquanto seus membros, são essencialmente iguais, indiferenciáveis, mesmo que provenham de ambientes diferentes, heterogéneos, e de todos os grupos sociais "*<sup>11</sup> (Wolf, 1978, 20).

Sob o conceito de "massa", denominam-se as aglomerações de indivíduos sem nome e sem rosto, nas quais só o número conta.

A comunicação social situa-se em três dimensões que não podem existir separadamente: **Inter pessoal, Intra pessoal e a Social.**

A **Intra pessoal** consiste na relação de cada pessoa com o seu meio físico e cultural, e é o processo pelo qual o indivíduo percebe, interpreta e dá

---

<sup>10</sup> *Obra citada. p.20.*

<sup>11</sup> *Wolf, Mauro. "Teorias da Comunicação". 1978, p.20.*

sentido à informação a que tem acesso. A **Inter pessoal**, integra a anterior e corresponde a relação entre duas ou mais pessoas. A **Social**, inclui as duas anteriores e compreende o conjunto de processos de acção e inter acção que constituem a cultura.

Nenhuma das duas primeiras podem existir por si só, elas tornam-se realidade unicamente dentro do âmbito sociocultural.

No que concerne ao espaço de acção, que compõe o universo da comunicação, podemos separar cinco campos distintos de actividades: **Jornalismo, publicidade e propaganda, comunicação organizacional, comunicação educativa e comunicação recreativa.**

**Jornalismo** pode ser entendido como a actividade organizada que faz chegar ao público, mais ou menos massivamente, mensagens informativas, transmitidas em intervalos regulares e determinados.

**Publicidade** entende-se como a actividade que se orienta para a apresentação e promoção da imagem de empresas, assim como dos respectivos produtos ou serviços, com o objectivo de criar no público uma atitude mais favorável, em termos de demanda e de consumo. Segundo Herbert e Peter Lloyd, "*a publicidade apresenta a mensagem de venda o mais persuasivamente possível aos potenciais clientes do produto ou serviços, pelo custo mais baixo possível*"<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> Lloyd, Herbert e Lloyd, Peter. "Relações Públicas, as técnicas de comunicação no desenvolvimento da empresa". 1995, p.41



A **propaganda** é, segundo Goebbels, citado por Herbert e Peter Lloyd “*Um instrumento da política, um poder de controlo social*” cuja missão é “*atrair seguidores e mantê-los dentro da nossa linha*”<sup>13</sup>.

A **comunicação organizacional**, vulgarmente conhecida por **Relações Públicas**, é segundo Herbert e Peter Lloyd, “*a actividade organizada da comunicação social, que tem por objectivo estabelecer e manter a compreensão mútua entre uma organização e o seu público*”<sup>14</sup>.

A **comunicação educativa**, entra nos diferentes campos antes mencionados, contudo vai ganhando campo como um processo específico da comunicação que serve de apoio as actividades de ensino aprendizagem.

A **comunicação recreativa**, Inclui o conjunto de actividades de planeamento e realização de eventos orientados ao descanso corporal e espiritual.

### 1.3. Comunicação social: Breve abordagem sobre o papel da Comunicação Social

Segundo Lasswell, citado por Mauro Wolf, as funções da comunicação são;

- a. Fornecer informações ;
- b. Fornecer interpretações que tornem significativas e coerentes as

---

<sup>13</sup> *Obra citada. p.40*

<sup>14</sup> *Lloyd, Herbert e Lloyd, Peter. "Relações Públicas, as técnicas de comunicação no desenvolvimento da empresa". 1995, p.31*

c. Exprimir os valores culturais e simbólicos próprios da identidade e da continuidade sociais.<sup>15</sup>

Wright( 1960), também citado por Wolf, junta a estas três funções uma quarta, a de entreter o espectador, fornecendo-lhe um meio de se evadir das ansiedades e dos problemas da vida social. <sup>16</sup>

Wolf, refere ainda Katz, Guavitch e Haas (1973), como distinguindo cinco tipos de necessidades satisfeitas pelos meios de comunicação social:

- *Necessidades Cognitivas que tem a ver com a aquisição e reforço de conhecimentos e de compreensão.*
- *Necessidades afectivas e estéticas, que tem a ver com o reforço da experiência estética, emotiva.*
- *Necessidades de integração a nível de personalidade, que tem a ver com a segurança e estabilidade emotiva, incremento da credibilidade e da posição social*
- *Necessidades de integração a nível social, que tem a ver com o reforço dos contactos interpessoais, com a família e com os amigos.*

---

<sup>15</sup> Wolf, Mauro. "Teorias da Comunicação". 1978, p.63

<sup>16</sup> Wolf, Mauro. "Teorias da Comunicação". 1978, p. 62.

- *Necessidades de evasão, que tem a ver com o abrandamento das tensões e dos conflitos.*<sup>1</sup>

Na obra "Comunicação: missão e desafio", a comunicação tem como funções: a informação, a persuasão, a organização, a instrução, a recreação.

A informação, é entendida como sendo o conjunto de mecanismos que permitem ao indivíduo retomar dados do seu ambiente e estruturá-los de uma maneira determinada, de modo que lhe sirvam como guia de acção. Assim, numa primeira assunção, a informação corresponde a transmissão de dados.

Todo o processo de comunicação pressupõe transmissão de informação, embora nem sempre o inverso seja verdadeiro. Os animais irracionais e as plantas trocam informações entre si mas não comunicam. Apenas os Homens tem essa capacidade, de para além de transmitirem dados e produzirem sinais-estímulos e sinais-resposta, simbolizar e dialogar.

Quando se fala de informação, no processo de comunicação, refere-se muitas vezes a "objectividade". Porém cada ser humano possui a sua própria subjectividade e consciente ou inconscientemente, esta se faz presente em cada aspecto da sua vida. As experiências pessoais e culturais, a vivência, os valores próprios e da sua sociedade, etc, formam um conjunto de referências, segundo as quais o indivíduo interpreta a realidade que o rodeia. Analisando o problema da comunicação, pode-se concluir que toda ela possui um peso subjectivo muito grande, pelo que o

---

<sup>1</sup> Wolf, Mauro. "Teorias da Comunicação". 1978, p.63

receptor deve decodificá-la e pesar até onde, o que está recebendo é informação pura ou é opinião.

Para Leite de Vasconcelos, “ a verdade e a objectividade absolutas são inatingíveis”<sup>2</sup>. Aliás, esta posição parece ser partilhada por Samora Machel ao afirmar que, “ os falsos conceitos de liberdade de imprensa, de objectividade, de independência, de imparcialidade e de neutralidade”<sup>3</sup>, eram uma criação da burguesia colonial. Para ele a informação deve estar sempre comprometida com um ideal, é assim que afirma “ a questão central é saber ao serviço de quem é que deve estar a informação no nosso país”<sup>4</sup>. “ A informação deve desempenhar um papel fundamental na criação do Homem novo”<sup>5</sup>.

Em muitos países, a indústria de comunicação depende largamente dos órgãos do poder. Podemos verificar isso muito particularmente em Moçambique. Em 1977, na abertura do 1º Seminário Nacional de Informação, Samora Machel dizia: “ Para a desempenhar é necessário que a Informação-se-encontre-em-estreita-ligação-com-as-estruturas-do-Aparelho-de-Estado”<sup>6</sup>.

Devido à orientação política do país, no período pós independência nacional, a comunicação social foi concebida como sendo “ um instrumento das largas massas populares e da sua vanguarda.

---

<sup>2</sup> Vasconcelos, Leite. “O Jornalismo Como Profissão”.(1995?), p.6.

<sup>3</sup> Machel, Samora. “Discurso de abertura do 1º Seminário nacional da informação” in. “Fazer da informação um destacamento avançado da luta de classes na revolução”. 1997, p18.

<sup>4</sup> Obra citada. p.19

<sup>5</sup> Obra citada. p.19.

<sup>6</sup> Obra citada. p.24

*Instrumento de organização, mobilização, e consciencialização*<sup>7</sup>, cujas tarefas principais eram: “ *Informar, educar, mobilizar e organizar o povo, participando directamente na produção, na ofensiva política organizacional e no combate contra a acção do inimigo interno e externo* ”<sup>8</sup>.

Em suma, a informação não se podia circunscrever à tarefa de relatar factos isolados ou ordenados cronologicamente, mas tinha também de fornecer uma interpretação fundamentada das causas e consequências, de maneira a contribuir para a educação política e ideológica das massas.

Cerca de 13 anos decorridos após a realização do Primeiro Seminário Nacional da Informação, embora tendo havido um significativo desenvolvimento a nível da informação, com a criação de novos órgãos e a ampliação do espaço da comunicação social, esta encontrava-se fragilizada pela sua instrumentalização pelo poder. Regista-se por estas alturas um movimento de profissionais da informação, clamando por maior liberdade, o que foi conseguido com a aprovação da Constituição de 1990, que estabelecia a liberdade de expressão, como um princípio fundamental.

A comunicação ocupa, na actualidade, um lugar destacado na economia dos países. Desde a II Guerra Mundial, tanto as estruturas de propriedade como o controle dos meios tem vindo a sofrer transformações profundas.

---

<sup>7</sup> Machel, Samora. “Discurso de abertura do 1º Seminário nacional da informação” in. “Fazer da informação um destacamento avançado da luta de classes na revolução”. 1997, p.24

<sup>8</sup> Machel, Samora. “Discurso de abertura do 1º Seminário nacional da informação” in. “Fazer da informação um destacamento avançado da luta de classes na revolução”. 1997, p.24

As grandes empresas de comunicação oferecem a informação de maneira hábil e subtil, de modo a levar o público a pensar que é ele próprio que está assumindo um determinado ponto de vista, segundo a sua conveniência, quando estão na verdade manipulando a decisão do público. Vão subtilmente persuadindo o público.

## 2. A COMUNICAÇÃO SOCIAL E O PÚBLICO

Herbert Lloyd e Peter Lloyd definem público como sendo os “*inumeráveis grupos com interesses comuns*”<sup>9</sup>, enquanto que para Peter F. Drucker “*Um público é um grupo distinto de pessoas e/ou organizações que possuem um interesse real ou potencial e/ou impacto sobre uma organização*”<sup>10</sup>.

A definição de Drucker parece ser ligeiramente mais completa que a de Herbert e Peter Lloyd, uma vez que embora os grupos com interesses comuns tanto possam ser pessoas singulares ou organizações, estes autores deixam de fora a questão dos grupos com um impacto na organização.

Qualquer organização tem a circundá-la vários públicos. Uma universidade, por exemplo, terá um público interno constituído pelos seus estudantes, o corpo docente e a administração. Terá igualmente um público externo constituído por grupos tais como as associações de ex-alunos, a comunidade empresarial que financia a universidade ou

---

<sup>9</sup> Lloyd, Herbert e Lloyd, Peter. “*Relações Públicas, as técnicas de comunicação no desenvolvimento da empresa*”. 1995, p.33

<sup>10</sup> Drucker, Peter F. “*Inovação e Gestão*”. 1980, p.33.

emprega os alunos saídos desta, os organismos estatais que tutelam a universidade e também aqueles que lhe fornecem serviços .

Tomando em conta esta diversidade de públicos, Drucker classifica os públicos em: **Internos**, aqueles que se beneficiam directamente dos serviços de uma dada instituição e os convertem em produtos úteis ; **Provedores**, aqueles que apóiam a organização; **Agentes**, aqueles que distribuem os produtos da organização; **Reguladores**, aqueles que impõem regras de conduta ; **Consumidores**, aqueles que consomem as ofertas da organização ; E **Público em Geral**, os consumidores indirectos do produto de uma dada organização.

Para o caso da universidade, os públicos internos seriam constituídos como já se disse pelos seus estudantes, pelo corpo docente e pelo corpo administrativo; O Público provedor, seriam as associações de ex-estudantes, as fundações, a comunidade empresarial e os fornecedores ; O Público regulador seria o Ministério de Educação e outros organismos estatais ou privados que ditam as regras de funcionamento.e.de.conduta.da..... universidade; Os públicos consumidores seriam em primeiro lugar os potenciais alunos da universidade, os estudantes actuais e as empresas. Os públicos agentes seriam os “media”, os professores; O público em geral, seria a sociedade em geral.

Drucker classifica ainda o público em função do interesse mútuo que possa existir. Assim define três tipos de público: **Público Recíproco**, aquele que está interessado na organização e esta também está interessada nele. No exemplo anterior da universidade, este seria constituído pelos estudantes. **Público Procurado**, aquele público em que a organização

está interessada sem que este esteja necessariamente interessado nesta, no caso da universidade seria um grupo de empresários ou outros potenciais contribuintes que ainda não o sejam. **Público Indesejado**, aquele que está interessado na organização, mas a organização não está interessada nele, um grupo de pessoas morando próximo da universidade e que de algum modo perturbe o normal decurso das aulas ou danifique as instalações, poderá ser um público indesejado.

Os diferentes públicos relacionam-se com a organização e relacionam-se também entre si. Um público específico pode ter uma grande dose de influência sobre as atitudes e comportamento de outro. Tomando o exemplo da universidade, um grupo de estudantes, satisfeitos com os serviços desta, poderá transmitir o seu entusiasmo aos pais, amigos que se podem tornar em estudantes potenciais. Poderão com o seu entusiasmo influenciar os professores que sentindo-se estimulados melhorarão o seu desempenho.

De igual forma a insatisfação dos estudantes poderá ter uma influência negativa sobre outros públicos.

Do ponto de vista da organização, é sempre importante estabelecer relações positivas com os seus públicos.



### 3. A COMUNICAÇÃO SOCIAL E A FORMAÇÃO DE IMAGENS

O termo "imagem", tornou-se popular nos anos 50/60. É utilizado em contextos variadíssimos: imagem pública, imagem nacional, imagem organizacional, auto-imagem, etc.

Segundo Drucker, "*Uma imagem é a soma de crenças, ideias e impressões que uma pessoa tem de um objecto*"<sup>11</sup>.

Esta definição apresenta-nos duas ilações. A primeira é que as imagens sobre um objecto variam de pessoa para pessoa. Isto deve-se ao facto de que as crenças, as ideias e as impressões, variam de pessoa para pessoa, de acordo com a sua vivência e com as suas necessidades. A segunda ilação tem a ver com o facto de que as imagens diferem em clareza e complexidade. Algumas pessoas podem ter impressões mais detalhadas e outras mais difusas, sobre um mesmo objecto.

O conceito de imagem é simultaneamente tão rico e tão fugidio que a sua mensuração se torna difícil. As organizações desejam saber quais as necessidades dos seus clientes e também desejam saber como é que os clientes vêem a organização e os seus produtos.

**Mas o que determina a imagem que uma pessoa tem de um objecto ?**

Existem duas teorias extremas sobre a formação de imagem. Uma teoria defende que a imagem é determinada pelo objecto, isto é, as pessoas pura e simplesmente se apercebem da realidade do objecto. Se alguém vê uma casa situada no meio de um jardim verdejante e cheio de flores, ficará

---

<sup>11</sup> Drucker, Peter F. "*Inovação e Gestão*". 1980, p.143.

impressionada com uma linda casa e se alguém disser que a casa é feia, isso será interpretado como uma peculiaridade da pessoa .

A outra teoria defende que a imagem depende largamente do indivíduo. Os defensores desta teoria afirmam que as pessoas tem diferentes percepções do objecto, porque seleccionam aspectos diferentes do mesmo e processam de maneira diferente os dados sensoriais, daí que tenham imagens bem diferentes do mesmo objecto.

Na realidade, a verdade deve residir em algum lugar, entre as duas teorias. A imagem tanto é influenciada pelas características objectivas do objecto, como pelas características subjectivas da pessoa que a percebe. Assim pode-se esperar que as pessoas mantenham uma imagem bastante semelhante de um objecto, se ele for simples, bem conhecido e estável nas suas características. Pelo contrário, manterão imagens diferenciadas se o objecto for complexo, pouco experimentado e variante no tempo. As pessoas têm imagens muito diferentes dos candidatos políticos porque eles são complexos, pouco experimentados em contactos directos e mudam em função das diferentes audiências perante as quais se encontram e através do tempo.

**E como pode uma organização mudar a imagem que o público tem de si ?**

Os defensores da teoria de que a imagem depende do objecto dizem que muito pouco pode ser feito para mudar a imagem de uma organização, uma vez que ela reflecte aquilo que ela é de facto. Independentemente do que possa ser feito, as pessoas formarão a imagem com base no comportamento da organização.

Para os defensores da teoria contrária também pouco pode ser feito no sentido de mudar a imagem uma vez que esta variará sempre em função das experiências que as pessoas tem com a organização.

Apesar do que dizem os defensores destas duas teorias, as organizações gastam rios de dinheiro tentando melhorar a sua imagem. E isso pode ser feito fazendo ressaltar os aspectos positivos da organização, levando informações aos indivíduos sobre atributos que não valorizavam, etc. Porém é um processo longo e que requer muita paciência, pois alguns estudos já mostraram que as imagens, tendem a manter-se estáveis ao longo dos tempos, mesmo em face de mudanças dramáticas no objecto.

Um indivíduo que tem uma impressão favorável acerca do nível de instrução numa universidade, mesmo que o nível de ensino naquele estabelecimento venha a baixar, ele continuará a tê-la em alto conceito e isto deve-se a dois factores, por um lado, ao facto de que, logo que os indivíduos tenham formado certa imagem, eles tenderão a perceber selectivamente dados adicionais. Assim, se a pessoa formou uma imagem altamente favorável de uma universidade, tenderá a buscar outros sinais favoráveis e pouca importância dará aos sinais negativos. Será necessário algo de muito contundente para que mude a sua crença inicial. Por outro lado, se um grande número de pessoas mantiver a mesma ideia positiva do objecto indivíduo ouvirá mais frequentemente coisas boas acerca desta e irá cimentar a sua imagem inicial.

Assim, uma organização que quiser mudar a sua imagem terá, em primeiro lugar de estudar a sua imagem e a dos seus concorrentes. Terá de decidir onde pretende mudar a sua imagem. deverá pesquisar os atributos

que lhe poderão ser favoráveis. deverá decidir que modificações fará quanto a sua política. Depois de fazê-las, deverá disseminar a informação a seus públicos, atingindo-os com certa regularidade.

## CAPÍTULO III

### METODOLOGIA DE RECOLHA E TRATAMENTO DE DADOS

#### Resumo

Neste capítulo pretendemos apresentar fundamentalmente a metodologia que presidiu à recolha e tratamento de dados empíricos.

Assim, no número 1, indicaremos os critérios que determinaram a constituição do corpus. No ponto 2, mostraremos a forma como foram recolhidos e tratados os dados.

## 1. Critérios para a constituição do corpus

Tendo em conta os objectivos do trabalho, foram utilizadas dois tipos fundamentais de fontes para a sua elaboração . Por um lado, foram utilizadas fontes bibliográficas para proceder a reconstituição histórica do surgimento do movimento sindical em Moçambique. Por outro lado, foram pesquisados alguns exemplares do jornal "Notícias" e boletins produzidos pela OTM-CS, com o objectivo de justificar a hipótese explicativa básica, procurando verificara eficácia dos materiais produzidos.

E porque escolher o jornal "Notícias" e o Boletim o "Trabalhador"?

O primeiro facto que determinou estas escolhas tem a ver com a facilidade de acesso a imprensa escrita. Na impossibilidade de estudar todos os jornais, foi escolhido o jornal de maior circulação no país e o boletim produzido pela central sindical mais representativa.

## 2. Constituição do corpus

Para este trabalho, pesquisamos um total de 100 números do jornal "Notícias", jornal de maior circulação, à nível do país. Agruparam-se as matérias por tema, pela distribuição geográfica e efectuou-se uma primeira análise dos resultados.

Eis os resultados estatísticos elaborados:

- número de matérias sindicais publicadas, foi de 64.

- Deste número 17 eram textos de opinião ( editoriais, crónicas e comentários), 13 artigos, 23 reportagens, 5 comunicados reproduzidos na íntegra e 6 discursos,
- No que diz respeito às matérias por temas, 23 referiam-se a conflitos laborais, 8 a greves registadas em algumas empresas, 10 a realizações de seminários sobre diferentes matérias, 13 a aniversários de sindicatos, 5 a consertação social e outros 5 diziam respeito a política de liberalização das exportações da castanha do caju.
- No que diz respeito a distribuição geográfica, 47 matérias foram geradas na cidade e província de Maputo e 17 nas restantes 9 províncias do país.

Pesquisou-se igualmente, a produção informativa da OTM-CS, no mesmo período, ou seja, os 6 números da revista sindical “ O Trabalhador”, publicados no período em análise, com o objectivo de verificar o tipo de materiais produzidos e procedeu-se a sua classificação.

Eis os resultados:

De cerca de 120 artigos e 6 editoriais produzidos neste período, 10 reportavam a realização de seminários e visitas de trabalho, 7 a questão salarial e conceituação social, 7 a mulher trabalhadora, 8 a conflitos laborais em algumas empresas, 3 a actividade internacional da central sindical, 4 a problemática da liberalização das exportações da castanha do caju e a crise no sector do caju; 16 eram informações sobre realizações da central sindical, 9 matérias de carácter recreativo e cultural, 50 textos de

caracter formativo sobre temas como : negociação colectiva, legislação laboral, sindicalismo, liderança, saúde e protecção no trabalho.

- No que concerne a origem, 23 matérias diziam respeito aos sindicatos nacionais e 47 a central sindical.
- Apenas 4 matérias diziam respeito às províncias, as restantes tinham como palco a cidade e província de Maputo.

Uma primeira análise destes números permite tirar as seguintes conclusões:

- O baixo número de artigos, reportagens e entrevistas, publicados sobre matéria sindical, no jornal "notícias";
- A baixa cobertura do país, em termos de matérias sindicais.
- A tendência de destacar reivindicações, conflitos e greves.
- Um número muito reduzido de matérias que reflectem posicionamentos dos sindicatos sobre a governação do país e sobre as políticas adoptadas na esfera sócio-económica .

Explicitando um pouco mais os dados apresentados, poder-se-ia dizer que parece existir uma certa tendência dos órgãos de informação, de associar os sindicatos a conflitos, greves, reivindicações, como se essa fosse a sua única missão. Esta forma de ver os sindicatos parece ser, de certa maneira, alimentada pelos próprios, pois eles, no seu boletim, pouco fazem no sentido de divulgar os seus posicionamentos face a algumas políticas adoptadas e nem reportam o jogo de influências por eles efectuado para que políticas mais favoráveis aos trabalhadores e ao país em geral, sejam adoptadas.



Os assuntos publicitados, na sua grande maioria, reuniões, seminários, encontros e outras actividades do género, são cobertos de maneira burocrática. Noticia-se a abertura, o fecho, resumem-se os documentos de trabalho e pouco mais.

Olhando para o boletim produzido pela central sindical, verifica-se que trás pouca informação do que se passa nos sindicatos nacionais e muito menos, do que se passa com os trabalhadores do sector não formal de trabalho. Na maior parte das vezes, não retrata temas que não estejam directamente no âmbito sindical, mesmo que estes afectem directamente a vida dos trabalhadores, como é o caso da criminalidade, da crise de transportes, do funcionamento do sistema nacional de ensino, de saúde, etc.

Regista-se uma certa tendência de isolar os trabalhadores, como se estes constituíssem uma ilha, um mundo à parte.

Não se tem muito em conta os diferentes públicos que devem ter acesso a informação. Se é verdade que o primeiro destinatário da informação sindical é o trabalhador, não se deve perder de vista a sociedade no seu todo, pois, existe uma inter-relação entre os diferentes públicos e um pode ter bastante influência no outro.

## CAPÍTULO IV

### ANÁLISE DE DADOS

#### RESUMO

Neste capítulo pretendemos justificar a hipótese explicativa de base que norteou a elaboração do presente trabalho.

Como forma de contextualizar o movimento sindical moçambicano e contribuir para melhor compreensão dos fenómenos descritos no ponto 1, faremos uma breve retrospectiva histórica do surgimento do movimento sindical e dos movimentos operários do início do século até aos nossos dias. No ponto 2, faremos a análise do impacto da comunicação sindical no seio dos associados.

## 1- Dos movimentos operários do início do século à constituição da OTM-CS

Estabelecida a dominação colonial em Moçambique, a administração portuguesa estendeu o seu controle aos principais recursos e actividades no território, sobretudo, em relação aos recursos humanos, fazendo depender a mão de obra africana do trabalho assalariado, transformando o sul de Moçambique numa reserva de mão de obra para os empreendimentos capitalistas, no interior e exterior.

Contudo, o desenvolvimento da exploração mineira na África do Sul e o conseqüente fluxo de mão de obra para o exterior, levaram a escassez de força de trabalho a nível interno, dado que os empresários locais não estavam em condições de competir em termos de salários praticados, o que conduziu a uma competição desenfreada pelo recrutamento de trabalhadores, sobretudo no Sul do Save. Para fazer face a esta situação, a solução encontrada foi a adopção de uma legislação discriminatória, assente no emprego de força de trabalho africana barata, contenção de salários, limitação ao acesso a determinados postos e institucionalização do trabalho forçado.

Sob pressão dos empresários de Lourenço Marques, em 1891, é aprovado o primeiro código de trabalho em território moçambicano "O Regulamento dos Indígenas de Lourenço Marques", de 16 de Maio.

De 1899 a 1933, operam-se mudanças na estrutura do trabalho, que levam a que por um lado, a raça e a nacionalidade estejam mais relacionadas com as categorias do emprego e por outro lado, a dependência global da força

de trabalho ocasional, largamente voluntária, é substituída pela combinação da força de trabalho ocasional voluntária e de grandes grupos de trabalhadores forçados, acompanhada de um forte aparelho repressivo e penal, visando a redução do seu custo.

Até meados do século xx, toda a actividade económica de Moçambique, exceptuando os serviços de transporte urbanos, os caminhos de ferro e os portos, apoiava-se na exploração agrícola, sendo a actividade industrial mínima.

A agricultura praticada era essencialmente de 3 tipos: a agricultura familiar, praticada pelos naturais; A agricultura de plantações, praticada pelos pequenos produtores colonos e as grandes companhias agrícolas dedicadas fundamentalmente a produção de matérias primas para a exportação.

Os pequenos produtores agrícolas possuíam pouco peso para a produção global da colónia. As grandes companhias eram dominadas pelas sociedades monopolistas, as mais importantes das quais de capital estrangeiro.

O rendimento unitário era baixo, não existindo a preocupação pelo aumento da produtividade, pois não existia concorrência. O lucro era garantido pela exploração desenfreada da mão de obra nativa. Os salários praticados eram baixos, o que não constituía estímulo para a mecanização da produção.

O governo português fixava anualmente as quantidades de matéria prima que a colónia devia fornecer e os preços relativos, mais baixos que os praticados nos mercados mundiais.

Este regime , se por um lado privava as companhias de parte dos benefícios que poderiam obter da venda livre da sua produção, por outro lado garantia-lhes uma taxa de lucros muito elevada e assegurava-lhes um mercado seguro e estável.

A nível do comércio retalhista, eram proibidas as trocas directas de produtos agrícolas por artigos manufacturados, assegurando-se deste modo a espoliação desenfreada do consumidor africano, quer baixando o preço de compra dos produtos dos nativos, quer falsificando as quantidades compradas, quer ainda praticando preços exorbitantes nos produtos comercializados.

Relativamente a indústria, existia apenas um número de unidades de tipo carácter ligeiro, que se situavam a volta de dois grandes núcleos urbanos, as cidades de Lourenço Marques e Beira. A exploração do subsolo é quase que inexistente. A pesca é muito reduzida.

Um dos aspectos mais relevantes desta actividade industrial é o facto de não ter dado origem à formação de um proletariado verdadeiramente africano. Os trabalhadores nativos, arrancados à força do seu meio, não possuíam qualquer especialização , o que origina uma produtividade de trabalho muito baixa. Estes trabalhadores auferiam salários baixíssimos, muitas vezes inferiores ao seu rendimento na agricultura e eram em muitos casos forçados de forma física, directa ou indirecta. Permaneciam nas empresas por um período determinado normalmente variando de 6 meses a um ano, findo o qual regressavam a sua zona de origem.

Em termos salariais os trabalhadores de raça branca auferiam salários muito superiores aos nativos. Aos trabalhadores nativos eram reservados apenas postos que não exigiam uma especialização e os trabalhos mais pesados. Mesmo os poucos que em alguns centros industriais conseguiam alcançar uma semi-especialização, tinham um salário muito inferior ao auferido pelos seus colegas de raça branca, na mesma categoria.

Todas as associações de africanos eram proibidas e as que existiam fortemente controladas pelo governo. Apesar disso elas vão ter um papel preponderante a desempenhar nas lutas operárias. Um número significativo de moçambicanos emigram para as "minas do Rand", a busca de melhores condições salariais e de trabalho. Para facilitar o recrutamento e evitar a concorrência que levaria a um aumento dos salários, os capitalistas sul africanos criam uma organização central de recrutamento de pessoal, com sede em Lourenço Marques, onde são reunidos os trabalhadores.

### 1.1. Os Movimentos operários do início do século

No início do século surgem em Lourenço Marques as primeiras associações de trabalhadores, que não podem ainda ser chamadas de sindicatos, mas que seriam o embrião dos futuros sindicatos.

Capela, na sua obra "o movimento operário em Lourenço Marques, 1898-1927", refere-se a Associação dos Funcionários do Comércio e Indústria, fundada em 1898, como sendo a primeira associação operária criada em Moçambique e uma das primeiras em África.

---

<sup>1</sup> Capela, José "O Movimento operário em Lourenço Marques". (1983), p106.

O decreto ministerial de 10 de Outubro de 1901, que applicava ao ultramar a legislação fixada para a Metrópole pelo decreto de 9 de Maio de 1891, justificado " pelo progresso que se verificava nas colónias, nomeadamente o associativismo", parece confirmar a existência de associações operárias, já nesta época, embora pouca informação nos tenha chegado.

Uma das manifestações mais claras e mais concludentes do movimento operário era a sua imprensa. Analisando os diversos jornais operários da época, pode-se ter uma ideia clara sobre a natureza deste movimento operário.

As associações operárias, caracterizavam-se por ser de tipo mutualista e recreativas. Tinham uma natureza selectiva e discriminatória, o que pode ser constatado no articulado do decreto atrás referido que no seu capítulo segundo diz numa das suas passagens: "*na constituição dos corpos gerentes ou das associações de classe entrarão pelo menos dois terços de súbditos portugueses no gozo dos seus direitos*"<sup>2</sup>.

Bebiam as ideias e práticas sindicais da metrópole sem tomar em consideração os condicionalismos contextuais, quer culturais, quer económicos. E a sua orientação era anarco-sindical, tal como o sindicalismo português.

Segundo Capela, existia nos filiados a estas associações, uma flagrante contradição: se por um lado assumiam uma certa consciência de classe, manifestada pelas posições antagónicas ao capital, por outro lado, pareciam ignorar as massas africanas, embora existindo uma camada significativa de africanos subproletarizados nas cidades. A posição

---

<sup>2</sup> Capela, José "O Movimento operário em Lourenço Marques". (1983), p. 143.

privilegiada de que gozavam os operários brancos, fazia com que encarassem os africanos como subalternos, perdendo dessa forma a visão de classe. Isto pode ser constatado num artigo publicado na edição de 28 de Dezembro de 1915, do jornal "O Germinal", em que se diz a dado passo. "*é necessária certa tolerância com os pretos, mas essa tolerância não pode ser tão excessiva que nos faça perder a nossa supremacia e autoridade(...)*".

Estas posições de natureza racista atingiam igualmente os trabalhadores asiáticos, muito embora por razões diferentes. Os trabalhadores europeus sentiam ameaçada a sua supremacia pela concorrência da mão de obra asiática. Num artigo publicado no jornal "O Germinal", edição de 30 de Outubro de 1917, pode se ler a dado passo, relativamente a possibilidade do estabelecimento de um "sistema igualitário", como postulava o socialismo português: "*quem conheça como vivem entre nós diferentes raças do oriente não pode, como nós, conceber que a estas sejam dadas as mesmas regalias que dadas são aos europeus (...)* estabelecido o sistema igualitário a rigor, colocaria a raça europeia num grau de inferioridade abominável".

Contudo, segundo refere Capela, as posições dos sindicalistas relativamente ao racismo foram evoluindo com o tempo até a tomada de consciência sobre o problema.

Os associados, se bem que tivessem consciência de que a luta dos trabalhadores era uma luta entre explorados e exploradores, nunca



puseram em causa o sistema colonial como tal. Segundo Capela, “*nem sequer chegaram a perceber o fenómeno colonial na sua especificidade.*”<sup>3</sup>

São referidas várias tentativas de formação de organizações unitárias de trabalhadores, como forma de suprir a debilidade das organizações por profissões, mas que parecem não ter sortido o efeito desejado. A primeira foi a “União Operária fundada entre os finais de 1901 e princípios de 1902. Em 1920 é fundada a “Confederação Operária”.

Nas suas lutas, as associações desempenharam um papel importante, tendo algumas vezes conduzido greves que ficaram na história. Assis, no seu livro “Movimento Sindical em Moçambique”, refere as seguintes: a greve do pessoal dos carros eléctricos, em 1920; a greve do pessoal da Companhia de Niassa, em 1923/4; a greve geral na Beira, nos territórios da Companhia de Moçambique; a greve dos estivadores assalariados do Porto de Lourenço Marques; do pessoal da Companhia de Moçambique; a greve dos ferroviários portuários de Lourenço Marques, em 1925; a greve dos trabalhadores do Porto da Beira, em 1926; a greve dos estivadores do Porto de Lourenço Marques, em 1933. Algumas das greves terminaram em mortes, prisões ou deportações.

## 1.2. A Imprensa Anarco-Sindicalista

Parecendo comungar as ideias de Cláudia Santiago e Vito Giannotti, segundo as quais “*Não há acção política, seja de um partido político, seja de um sindicato seja de uma central sindical, sem que haja um jornal que propague as suas ideias e organize suas acções*”<sup>4</sup>, os sindicalistas do

---

<sup>3</sup> Capela, José. “O movimento operário em Lourenço Marques”. (1983), p.38.

<sup>4</sup> Santiago, Cláudia e Giannotti, Vito. “Comunicação Sindical: falando para milhões”. 1997, p.93.

início do século possuíam uma imprensa muito desenvolvida. O associativismo de classe e as acções reivindicativas encontravam na imprensa um grande apoio.

Capela refere os seguintes jornais semanários : Os Simples, publicado de 25 de Fevereiro de 1911 a 14 de Setembro de 1913, com 79 números conhecidos; O Germinal, publicado de 6 de Outubro de 1914 a 11 de Junho de 1918, com 191 números publicados; O Emancipador, publicado de 1920 a 1937, com 294 números publicados. Existem alguns outros jornais que vieram a luz do dia de forma precária como seja: O Ideal, com 2 números publicados, o 1º a 1 de Agosto de 1901 e o 2º a 1 de Agosto de 1902. A Voz do Emancipador, com um número único conhecido, publicado a 1 de Julho de 1911; O Graphico, com um número único, publicado a 5 de Outubro de 1911; O Proletário, O Ferroviário, a 17 de Junho de 1915, O Funcionário, O Trabalho, de entre outros.



Estes jornais eram produzidos por trabalhadores, o que quer dizer que tinham um público bem definido. Circulavam no meio destes, algumas vezes de forma clandestina. Veiculavam as lutas dos trabalhadores contra o capital e embora algumas vezes com um conteúdo contraditório no que diz respeito as suas posições classistas e relativamente a política colonial, desempenhavam um papel relevante nas lutas dos trabalhadores. Capela refere, por exemplo o papel desempenhado pelo jornal "O Emancipador", como instigador e porta-voz dos trabalhadores durante a greve dos ferroviários em 1925, que levou ao encerramento temporário da sua tipografia e a prisão dos tipógrafos.

Estes jornais foram muitas vezes alvo de perseguições e algumas vezes tiveram de se manter na clandestinidade. Também se sujeitaram a censura cerrada por parte do Estado, tendo por diversas vezes sido publicados com espaços em branco em resultado da falta do material "cortado", sobretudo no período da I Guerra mundial e nos períodos subsequentes.

### 1.3 .Os Sindicatos Corporativos

O primeiro sindicato a constituir-se, segundo A. Lima Pedroso, citado por Assis, data de 22 de Junho de 1943, o Sindicato Nacional dos Empregados do Comércio e Indústria, SNECI, por Portaria Ministerial número 10422, nos termos da Decreto-Lei 27552 de 5 de Março de 1937. Mais tarde foram fundados os Sindicatos Nacional dos Ferroviários de Manica e Sofala e do Pessoal do Porto da Beira, dos Empregados Bancários da Colónia de Moçambique, SNEB, dos Motoristas e Ofícios Correlativos, dos Operários da Construção Civil e Ofícios Correlativos.

A criação destes sindicatos tinha como suporte o Decreto 23:050, de 23 de Setembro de 1933, que estabelecia o quadro legal de organização e funcionamento dos sindicatos na Metrópole, complementado pelo Decreto-Lei 27552, de 5 de Março de 1937, que estendia o sistema às colónias.

A regulamentação do trabalho assentava sobre o Decreto 23: 048, sobre o Estatuto do Trabalho Nacional, que estabelecia a corporatividade da República baseada na igualdade dos cidadãos perante a lei e o acesso de todas as classes aos "benefícios da civilização".

Apesar desta postulada igualdade, estes sindicatos possuíam uma natureza selectiva e discriminatória. Destinavam-se sobretudo aos trabalhadores colonos e a alguns trabalhadores assimilados seleccionados.

Com o advento das guerras de libertação nas colónias, nos anos 60, passaram a integrar mais nativos, embora continuassem com o seu cariz discriminatório.

Em termos de direitos, eles eram diferentes para os sindicalistas de origem europeia e os nativos. Os trabalhadores de origem europeia tinham direito a férias pagas na Metrópole, direito que não era extensivo aos demais trabalhadores.

Segundo Assis, os sindicatos coloniais tinham ainda uma função trans-sindical, uma vez que eram utilizados pelo patronato e pelo regime, como fonte de informações sobre aqueles que manifestassem alguma forma de oposição ou de reivindicação, ainda que apenas de natureza laboral.

Os sindicatos deveriam, nos termos da lei, subordinar os seus interesses aos interesses da economia e do Estado.

Estava proibida a filiação dos sindicatos às organizações sindicais internacionais e a sua participação em congressos ou outros eventos internacionais só poderia ter lugar com a autorização expressa do governo.

### **1.3.1. Os Sindicatos Corporativos e a Imprensa**

Embora em termos legais estivesse definido que era permitido aos sindicatos possuírem a sua própria Imprensa, (Decreto 23: 050, de 23 de Setembro de 1933), poucas publicações sindicais eram produzidas.

No arquivo histórico apenas existem alguns números do boletim trimestral do SNECI.

Este boletim publicava artigos sobre os direitos dos trabalhadores, sobre as principais realizações do sindicato e do país, algumas leis aprovadas e algumas entrevistas a alguns trabalhadores.

Não faz uma referência muito clara sobre o público ao qual eram destinados embora seja lícito pensar que visasse, em primeiro lugar, aos associados e aos demais trabalhadores.

Diferentemente dos jornais publicados no período anterior era menos feroz na defesa dos trabalhadores e mais moderado nas posições de luta que assumia, como se evitasse comprometer-se, o que de certa maneira pode ser compreensível se se tomar em consideração a afirmação de Assis sobre o compromisso existente entre os sindicatos corporativos e o Governo.

#### 1.4. Os sindicatos no período pós-independência

Alcançada a independência nacional, em Junho de 1975, foi decidida a abolição dos sindicatos corporativos, considerados de um braço do aparelho colonial.

Durante um tempo não se criou qualquer organização de trabalhadores, como diria Samora Machel, no seu discurso aos trabalhadores à 13 de Outubro de 1976, " *Contudo este combate, (contra a sabotagem económica praticada pelo capitalismo) tomou de tal forma as nossas energias que não foi possível dedicar atenção devida à organização da classe operária*"<sup>5</sup>. E continuava " *É necessário rapidamente criar estruturas organizativas dos trabalhadores através das quais possam participar de forma activa, colectiva e consciente na discussão e na*

<sup>5</sup> Machel, Samora. In "Documentos da Comissão nacional dos conselhos de produção". 1977, p.54.

*resolução dos problemas, em especial no que diz respeito à produção e produtividade”*

Estas foram, na essência, as palavras de ordem que determinaram a criação dos Conselhos de Produção, embriões dos actuais sindicatos.

Assente no discurso político vigente na altura, segundo o qual “A classe operária” era a classe dirigente do nosso país e da história, a única capaz de assumir, conceber, desencadear e dirigir o processo de transformação de toda a sociedade . De acordo com o que dizia Samora Machel, no discurso atrás referido, os Conselhos de produção eram uma estrutura organizativa dos trabalhadores, visando assegurar a participação activa, colectiva e consciente, na discussão e na resolução dos problemas, planificação e controlo da produção.

Como se pode deduzir, os Conselhos de Produção não tinham uma natureza reivindicativa, eram um prolongamento do partido no poder. Tinham a missão fundamental de assegurar a participação colectiva dos trabalhadores no processo de gestão da produção, a sua organização para o aumento da produção e da produtividade, promover a iniciativa criadora dos trabalhadores e elevar constantemente o nível de disciplina dos mesmos.

Atingidos os objectivos fundamentais da sua criação e por decisão do IV Congresso do Partido Frelimo, em 1983, os Conselhos de Produção transformam-se em organização dos Trabalhadores de Moçambique-OTM, que por sua vez cria os sindicatos nacionais, a partir dos então ramos de actividades.



A OTM continua a ser um prolongamento do partido Frelimo, o que pode ser confirmado quer pelo discurso de abertura proferido por Samora Machel, quer pelos seus estatutos aprovados pela conferência constitutiva desta organização.

Com efeito, a dada altura do seu discurso, referindo-se aos sindicatos, Samora Machel diz: *"...são o braço do Partido na organização dos trabalhadores...guiam-se pela linha do Partido e serão dirigidos pelo Partido na sua acção concreta"*<sup>6</sup>.

Nos estatutos da OTM se afirmava: *"tem uma única ideologia e uma única linha política: a ideologia e a linha política definida pelo Partido das classe trabalhadoras moçambicanas"*<sup>7</sup>.

A partir desta premissas se pode deduzir que estes sindicatos não podiam de forma alguma ter uma natureza contestatária, Pois eram fundamentalmente um instrumento do poder para assegurar a reprodução das ideias políticas no seio dos trabalhadores e assegurar a sua participação plena na implementação dos planos económicos. Aliás, Samora no discurso atrás referido diz mais, *"... Os sindicatos serão um viveiro de quadros para o nosso Partido, para a nossa revolução."*

Esta maneira de ser da OTM, viria a influenciar de forma determinante o desenvolvimento futuro dos sindicatos, pois afinal à OTM, cabia a responsabilidade de criar os sindicatos, que viriam a funcionar como departamentos desta, especializados num dado ramo de actividade.

---

<sup>6</sup> Machel, Samora. In "Documentos da Comissão nacional dos conselhos de produção". 1977. p.54

<sup>7</sup> obra citada. p.57

Em 1987, com a introdução do Programa de Reajustamento Económico (PRE), produzem-se profundas alterações na conjuntura sócio-económica do país. Os trabalhadores começam a sentir na carne os efeitos das mudanças, sobretudo económicas, e clamam por uma representação mais condigna e defesa mais efectiva dos seus direitos. A subida drástica do custo de vida, leva ao surgimento de greves à margem dos sindicatos. Estes sentem a necessidade de se remodelar e adequar-se à nova realidade vigente no país.

Em 1990, tem lugar o II Congresso da OTM, no qual esta se declara, pela primeira vez, como uma organização apartidária. Assim, nos estatutos aprovados por este Congresso se podia ler no seu capítulo I, secção II, artigo 2, número 2, que a OTM *"...age em plena independência em relação aos empregadores, Estado, Partidos, confissões religiosas ou outros agrupamentos de natureza não sindical."*

Em 1991, são aprovados diversos dispositivos legais, que vão influenciar sobremaneira o exercício da actividade sindical no país. A lei 6/91, sobre o exercício da greve, cujo direito já havia sido reconhecido na Constituição de 1990; A lei 23/ 91, sobre a actividade sindical; A lei 27/91, sobre as associações de empregadores; E Já antes o Decreto 33/90 sobre a Negociação Colectiva.

Contudo, não obstante as decisões tomadas pelo Congresso prevaleciam no seio da organização alguns problemas resultantes das sequelas do longo período que esta havia permanecido sob o jugo partidário.

Apesar da autonomia, reconhecida legalmente, os sindicatos continuavam a funcionar como departamentos da OTM. Prevalecia a questão de quem



deveria ser membro da OTM, os trabalhadores sindicalizados ou os sindicatos. Estas questões dividiam os sindicalistas e em 1992, três sindicatos se desvinculam da OTM, unindo-se sob a sigla SLIM-Sindicatos Livres e Independentes de Moçambique.

Pressões internas dos sindicatos que se haviam mantido na central sindical, levam a que, em 1994, seja realizado o III congresso antecipado da OTM. Neste Congresso, finalmente são criadas as condições para que a OTM se transforme numa verdadeira Central Sindical, passando a designar-se OTM-CS, adoptando um novo modelo organizativo, adequado ao novo quadro jurídico e legal que rege os sindicatos. Neste contexto, os sindicatos passam a ter total autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

Na obra "movimento sindical em Moçambique", publicada pela Friedrich Ebert Stiftung, Assis afirma que a autonomia regista-se a partir do II Congresso da OTM. Esta afirmação não nos parece ser muito verdadeira, porquanto em primeiro lugar, embora os estatutos aprovados pelo II Congresso da OTM dissessem que esta era: "*...uma central sindical que reúne na base dos princípios de unidade, liberdade e democracia as organizações sindicais...*", dentro da própria OTM, ainda não estavam criadas as condições práticas para que tal pudesse ocorrer: a gestão da quota sindical continuava centralizada, prevalecia a discussão sobre os membros e os próprios estatutos da OTM ainda não estavam adequadas à nova realidade.

No capítulo II, artigo 8, dos Estatutos aprovados em 1990, ainda se dizia no número 1: "*são membros da OTM os trabalhadores da República de Moçambique que preencham os seguintes requisitos :*

- a) *Ser assalariado;*
- b) *Aceitar os Estatutos e Programa da OTM;*
- c) *Manifestar livremente a vontade de ser membro."*

Este número contradiz-se com o anterior artigo citado sobre os membros da OTM. E esta situação apenas viria a ser clarificada no Congresso antecipado, que quanto a nós constitui o marco da viragem da OTM à uma verdadeira Central Sindical.

#### **1.4.1. A OTM e a Imprensa**

Nos primeiros tempos, após a independência nacional, imbuídos no espírito de que , como dizia Samora Machel, no discurso de abertura do Primeiro Seminário Nacional de Informação, "*A informação..., deve estar ao serviço das classes trabalhadoras.*", pouca atenção foi dada à comunicação. Existia dentro dos Conselhos de Produção, um departamento de informação e propaganda sindical que articulava com a imprensa, emitia comunicados sobre as realizações mais relevantes, ocupava-se da elaboração dos jornais de parede e pouco mais.

A euforia reinante nos primeiros momentos após a independência nacional, determinou que as experiências acumuladas durante o período colonial fossem relegadas ao esquecimento. Assim, foi esquecido o papel importante desempenhado pela imprensa anarco-sindicalista e também nos sindicatos corporativos, como factores mobilizadores e de unificação da

classe operária. Há um interregno nas publicações sindicais , desde a independência nacional até ao ano de 1982.

Neste ano, começa a ser produzido o primeiro boletim sindical, denominado de "Boletim dos Conselhos de Produção". Este tinha por missão, divulgar as orientações políticas do Partido, os indicadores para a emulação socialista, enaltecer os trabalhadores destacados no processo de produção, denunciar os "inimigos da revolução", divulgar as metas de produção. Exortava os trabalhadores a participarem na defesa da pátria e tinha uma página dedicada a actividade internacional dos conselhos de produção. Era uma publicação com um cariz essencialmente político.

Após a Conferência Constitutiva da OTM, em 1983, o boletim passa a designar-se de "Boletim dos Trabalhadores". Em termos de conteúdo, pouco mudou, embora de certa forma, se note uma tentativa de dar mais atenção a publicação de matérias sobre os sindicatos. Contudo, eram normalmente comunicados sobre a realização de reuniões dos órgãos, de seminários e sobre a cooperação internacional. Continham ainda um grande espaço dedicado a temas de estudo.

A periodicidade definida para estes boletins era mensal, mas muito raramente obedeciam a esse calendário, safam quando era possível. Possuíam aproximadamente 32 páginas.

Com a introdução do PRE, do multipartidarismo e da economia de mercado, começa a fazer-se sentir a necessidade de uma comunicação mais eficiente. É preciso veicular as lutas dos trabalhadores, divulgar seus planos e projectos.

Em Novembro de 1992, passa a ser produzido na Central Sindical , um boletim informativo, mensal, com aproximadamente 10 páginas. Este era de forma muito simples, os textos eram batidos numa simples máquina de escrever, gravados a cera e policopiados numa máquina duplicadora. Tinha uma tiragem muito reduzida e destinava-se, como se dizia no seu primeiro número, “ *apenas aos dirigentes e quadros da OTM-CS e dos sindicatos nacionais ao nível central e local e secretários de algumas empresas de maior dimensão* ”<sup>8</sup>.

O boletim destinava-se a fazer circular a informação no seio dos quadros e a contribuir para a sua formação. Assim, relatava o trabalho realizado pela central sindical, seminários, visitas de trabalho realizadas às províncias e ao exterior, delegações recebidas no país, as discussões mais relevantes na altura, como por exemplo o processo de mudanças no seio da OTM, a desvinculação de três sindicatos, informações dos sindicatos nacionais, etc.

Este boletim foi publicado de Novembro de 1992 a finais de 1996, altura em que se interrompeu a sua publicação por problemas de ordem financeira.

Em Agosto de 1997, recomeça a edição do Boletim mensal, agora denominado de “O Trabalhador”. Uma revista elaborada já dentro de uma certa técnica, com aproximadamente 16 páginas, à cores, incluindo fotografias e uma tiragem de 3000 exemplares.

“O Trabalhador”, é distribuído já não apenas aos dirigentes sindicais, mas também, aos associados de uma maneira geral.

---

<sup>8</sup> *Boletim Informativo. 1992, Nº1*

Traz informações gerais sobre actividades realizadas pela central sindical, pelos sindicatos nacionais, assuntos de âmbito nacional, do interesse dos trabalhadores, como sendo: as eleições municipais, a crise do sector do caju, o custo de vida, etc. Traz também, algumas páginas dedicadas a formação sindical, onde são abordados temas como: negociação colectiva, legislação laboral, sindicalismo, etc. Traz uma parte cultural e recreativa e esporadicamente informações sobre o sindicalismo na arena internacional.

## **2. O Impacto da comunicação sindical**

A questão central que se põe, é verificar a eficácia desta comunicação, tanto no seio dos associados, como do público em geral.

Desenvolver uma acção política na sociedade, visando romper a hegemonia da classe dominante exige um trabalho constante de informação, impossível de ser levado a cabo sem que haja uma imprensa regular.

As poucas publicações de cariz sindical hoje existentes, não se comportam como tal. Isolam os trabalhadores, cada um no seu sindicato, cada um no seu mundo, tratando assuntos que dizem respeito apenas àquele universo.

Não fazem a ligação com problemas de carácter geral. O boletim "o Trabalhador", tem uma circulação muito restrita. Não havendo uma tradição de leitura no seio dos sindicalistas, muitos exemplares ficam arquivados nas prateleiras dos sindicatos. Também não existe grande empenho no sentido de reverter essa situação, bem como no sentido de alterar a conotação negativa da OTM-CS como instrumento do partido no poder, resultante do estreito relacionamento havido por alturas do monopartidarismo, ao qual já se fez referência em capítulos anteriores.

Por outro lado, não existe um veículo de massas com o qual a OTM-CS, possa se comunicar com a sociedade.

Em momentos de crise, quando se pensa na convocação de uma greve geral, por exemplo, torna-se difícil convencer a população da importância de uma paralisação nacional e, inclusive ganhar o apoio para o movimento. Mais difícil ainda se torna convencer os milhões de trabalhadores dos objectivos políticos da greve, sem um combate diário, através de um veículo de comunicação nacional que mostre estes objectivos.

Pode-se apontar, como exemplo deste facto, a celebre greve geral concertada de Janeiro de 1993, resultante da crescente degradação das condições de vida dos trabalhadores, face à introdução do PRE, que foi abortada exactamente pela falta deste veículo de comunicação que pudesse assegurar o sucesso da iniciativa.

Olhemos para o lado da grande imprensa, o jornal " Notícias", por exemplo, que foi o que analisamos. No caso de uma greve como a que atrás nos referimos, o jornal dá particular destaque aos efeitos desta. A opinião pública é colocada contra a greve. Outro exemplo, quando em 1995, se regista a greve dos professores, os pais e as mães ficam no desespero. Era época de exames e estes não sabiam qual seria o futuro dos seus filhos. A televisão e os jornais mostram apenas o lado negativo desta. A razão que estava por detrás da atitude dos professores era pouco conhecida fora dos meandros dos docentes. A opinião pública poderia até ser favorável ao movimento dos professores se houvesse sido melhor informada. Para tal, seria necessário que todos os sindicatos tivessem

meios de comunicação e informassem aos seus associados da greve dos professores e das suas causas, pois, os efeitos desta afectavam os sindicalistas de outros ramos , que são pais e mães de alunos.

Esclarecendo outros sindicalistas, ter-se-ia contribuído para esclarecer o grande público. Não se teve pois em conta a inter-relação entre os diferentes públicos.

Verificamos atrás, que dos 18 sindicatos nacionais, apenas 3 possuem alguma publicação.

A falta de recursos não é o único factor que está por detrás desta situação. Muitas vezes trata-se de falta de visão sobre o que significa a comunicação na vida de uma organização sindical. O que parece existir é ausência de uma política geral de comunicação, o que se deve fundamentalmente a falta de compreensão sobre a centralidade da comunicação para a luta dos trabalhadores.

Poucos dos dirigentes sindicais que assumem a direcção dos sindicatos, estão preparados para a diversidade de tarefas que passam a ter.pela frente, de um momento para outro, das quais a mais importante é a de comunicar com os trabalhadores e com a sociedade em geral.

Caberia a Central Sindical desenhar uma política nacional de comunicação sindical. A falta desta, deixa os sindicatos entregues à sua sorte. Cada um tem de se virar como pode e sabe .

Muitos sindicatos possuem computadores, que poderiam ser usados para produzir, nem que fosse uma página regular, de frente verso, que informaria os trabalhadores dos principais assuntos do seu interesse.

É importante lembrar que sem comunicação a política do sindicato não existe. E não existe porque ninguém a conhece.



## CAPÍTULO V

### CONCLUSÃO

Como vimos, a comunicação constitui a espinha dorsal da acção de um sindicato. No caso analisado, a comunicação não tem sido eficiente. Não se tem estado a atingir com eficácia, quer o público interno, quer o público no geral.

Como factores desta situação podem ser referidos os seguintes aspectos:

- O baixo teor analítico dos materiais publicados, quer na imprensa sindical, quer nos órgãos de comunicação social.
- A falta de divulgação da visão ideológica do movimento sindical sobre os aspectos mais relevantes da vida dos trabalhadores e do país, o que talvez seja compreensível se se tiver em conta o facto de que estamos em presença de um sindicalismo emergente, que teve a sua génese e esteve durante muito tempo sob o jugo de um sistema monopartidário centralizado.
- A falta de um órgão de comunicação de massas com o qual se possa atingir o grande público.
- A falta de consciência sobre a centralidade da informação no trabalho sindical e a falta de uma política de comunicação, no seio do movimento sindical.

**Como mudar então a imagem que o público tem dos sindicatos?**

A primeira coisa a fazer é estabelecer um sistema efectivo de comunicação. As pessoas mal informadas tendem a distorcer a realidade

dos factos. Ninguém pode formar uma boa imagem daquilo que não conhece.

Como vimos no capítulo II, ponto 3, mudar a imagem de uma organização é um processo longo e requer muita paciência. É preciso fazer ressaltar os aspectos positivos da organização. Para tal, poderíamos sugerir:

1. Estabelecimento de uma política de comunicação e se sensibilizem os dirigentes sindicais sobre a centralidade da comunicação na actividade sindical.

Para que um boletim ou um jornal atinja os seus objectivos, é necessário que esteja estritamente ligado aos seus destinatários. É pois preciso definir claramente que ideias queremos passar aos destinatários.

Cada sindicato deveria criar um núcleo de sindicalistas, um colectivo que vivesse 24 horas a comunicação. Este núcleo não precisaria de ser constituído por especialistas, mas por pessoas que entendam a importância da comunicação para a realização de uma política sindical e de activistas sindicais que conheçam muito bem o seu público e tenham a capacidade de verificar constantemente a aceitação dos materiais pelos destinatários.

Os sindicatos deveriam ter bancos de dados organizados sobre os temas abordados e pesquisar mais.

2. O Desenvolvimento de uma maior interacção entre os sindicatos e destes com a sociedade Civil.

3. A Elaboração de matérias correspondentes aos interesses dos trabalhadores, tomando em conta o baixo nível de escolarização da maioria dos mesmo.

Pensamos ter justificado suficientemente a hipótese explicativa que serviu de ponto de partida para a realização do presente trabalho. Esperamos honestamente, que ele possa motivar a elaboração de mais trabalhos nesta área.

Temos de reconhecer porém que o facto de termos trabalhado um tema ligado ao nosso dia a dia, pode ter afectado a nossa imparcialidade. O receio de ferir susceptibilidades, nem sempre tornou fácil a abordagem de alguns aspectos com a devida crueza.

## BIBLIOGRAFIA

1. **Assis, Abel.** "Movimento Sindical em Moçambique, Evolução e Perspectivas". Fundação Friedrich Ebert Stiftung (FES), Moçambique, 1997.
2. **Capela, José.** "O Movimento Operário em Lourenço Marques, 1898- 1927". Afrontamento, (1983).
3. **Castro, Armando.** "O Sistema Colonial Português em África". Lisboa, Caminho, 1980.
4. **Drucker, Peter F.** "Inovação e Gestão". Lisboa, Presença, 1980.
5. **Frangiotti, Roque.** "Comunicação : missão e desafio, Manual de Pastoral de Comunicação Social". Departamento de comunicação social do CELAM, São Paulo: Paulinas, 1988.
6. **Lloyd, Herbert e Lloyd, Peter.** "Relações públicas, as técnicas de comunicação no desenvolvimento de uma empresa". Lisboa, Presença, 1985.
7. **Magaia, Albino.** "Informação em Moçambique A Força da Palavra". Publicações Notícias, Karingana, 1987.
8. **Melo, João.** "Jornalismo e Política". União dos Escritores Angolanos, Luanda, Angola, 1991.
9. **Stapleton, John.** "Marketing". Lisboa, Presença, 1985.
10. **Santiago, Cláudia e Gianotti, Vito.** "Comunicação Sindical: falando para milhões". Petropolis, RJ: Vozes, 1997.
11. **Wolf, Mauro.** "Teorias da Comunicação". Lisboa, Presença, 1978.
12. "Fazer da informação um destacamento avançado da luta de classes na revolução". 1º Seminário Nacional da Informação, 12-15, Set. 1977.
13. "Documentos da II Conferência Nacional da OTM". Maputo, Novembro de 1990.
14. "Documentos da Comissão de Implementação dos Conselhos de Produção". Maputo, Abril de 1997.
15. "Documentos da III Conferência Nacional da OTM". Maputo, Maio de 1994.